

SUMÁRIO

Apresentação – IVES GANDRA DA SILVA MARTINS	21
Capítulo 1 – DIREITO CONSTITUCIONAL	
NEYDE FALCO PIRES CORREA	
1.1 Conceito e natureza	23
1.2 O direito constitucional como ramo do direito público	24
1.3 A noção de “direito constitucional”	25
1.4 O direito constitucional positivo	26
Capítulo 2 – DA CONSTITUIÇÃO	
NEYDE FALCO PIRES CORREA	
2.1 Conceito e concepções	28
2.2 Classificação	30
2.2.1 Quanto ao conteúdo	31
2.2.2 Quanto à forma	31
2.2.3 Quanto ao modo de elaboração	31
2.2.4 Quanto à origem	32
2.2.5 Quanto à estabilidade	32
2.3 A Constituição Federal de 1988	32
2.4 Objeto e conteúdo	33
2.5 Aplicabilidade das normas constitucionais	33
Capítulo 3 – EVOLUÇÃO POLÍTICA E CONSTITUCIONAL DO BRASIL	
HÉLCIO RIBEIRO	
3.1 O Brasil monárquico	35
3.2 A Constituição de 1824: Poder Moderador e Conselho de Estado ..	39
3.3 Fim do Império e a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil	41
3.4 A Constituição de 1934	44
3.5 A Constituição de 1937	46

3.6	<i>A redemocratização e a Constituição de 1946</i>	47
3.7	<i>A Constituição de 1967</i>	50
3.8	<i>O fim do regime militar e a Constituição de 1988</i>	51
Capítulo 4 – TEORIA DA INCONSTITUCIONALIDADE E RECEPÇÃO		
JOSÉ CARLOS FRANCISCO		
4.1	<i>Validade e vigência</i>	60
4.2	<i>Crêterios fornecidos pelo ordenamento constitucional e por normas infraconstitucionais</i>	60
4.3	<i>Validade e vigência de preceitos constitucionais</i>	61
4.3.1	<i>Validade e vigência da Constituição originária e das emendas: revogação e nulidade</i>	61
4.3.1.1	<i>Revogação: valoração política da norma e classificação quanto à forma (expressa ou tácita) e quanto à extensão (total ou parcial)</i>	62
4.3.1.2	<i>Nulidade: vício jurídico originário (formal e material) e impossibilidade de convalidação (nulidade absoluta e relativa e ato inexistente)</i>	63
4.3.2	<i>Ab-rogação da Constituição anterior pela nova Constituição: retroatividade por ordem do poder originário</i>	63
4.3.3	<i>Derrogação e ampliação do ordenamento por emendas</i>	64
4.3.4	<i>Desconstitucionalização: ampla (total ou parcial) e específica (expressa e implícita)</i>	64
4.3.5	<i>Natureza das normas e atos inconstitucionais: nulidade absoluta, vício originário e inexistência de perecimento pelo decurso do tempo</i>	66
4.3.5.1	<i>Efeitos da declaração de inconstitucionalidade: quanto ao sujeito e quanto ao tempo</i>	67
4.3.5.2	<i>Modulação de efeitos. Exceções quanto ao efeito na inconstitucionalidade: liminar, controle difuso e concentrado, Leis 9.868/1999 e 9.882/1999 e a preservação dos “efeitos” da norma inconstitucional</i>	68
4.3.5.3	<i>Declaração de inconstitucionalidade com redução do texto e sem redução do texto: legislador negativo, inconstitucionalidade do texto ou da interpretação</i>	69
4.3.5.4	<i>Declaração de inconstitucionalidade e repristinação</i>	71
4.3.6	<i>Novo ordenamento constitucional e normas infraconstitucionais</i>	73
4.3.6.1	<i>Recepção constitucional</i>	73
4.3.6.1.1	<i>Requisitos: validade formal e material na edição, vigência e compatibilidade material com o novo ordenamento</i>	74

4.3.6.1.2	“Status” normativo dos temas e preceitos recepcionados: sujeição total e parcial	75
4.3.6.1.3	Recepção convencional e recepção material	77
4.3.6.1.4	Inocorrência de recepção e de repristinação pelo ordenamento constitucional superveniente	78
4.3.6.2	<i>Inconstitucionalidade superveniente: inocorrência de recepção e mudança informal da Constituição</i>	78
4.3.6.3	<i>Norma ainda constitucional ou inconstitucionalidade progressiva: preceitos infraconstitucionais e normas constitucionais não-aplicáveis</i>	80
4.3.6.4	<i>Constitucionalidade superveniente: expressa e implícita, efeitos no tempo e ofensa ao processo legislativo</i>	81

Capítulo 5 – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

JOSÉ CARLOS FRANCISCO

5.1	Razões de existência: supremacia da Constituição, preservação de direitos e segurança jurídica	86
5.2	Origem histórica: controle judicial e demais Poderes	87
5.2.1	<i>Surgimento no Direito estrangeiro: “Marbury versus Madison” e a Constituição da Áustria</i>	87
5.2.2	<i>Surgimento no Direito Brasileiro: Constituições de 1891 e de 1934 e Emenda 16/1965</i>	88
5.3	Conceito: verificação da adequação de ato jurídico à Constituição	88
5.3.1	<i>Violação direta à Constituição: controle de constitucionalidade e controle de legalidade</i>	89
5.3.2	<i>“Verificação da adequação”: aspecto formal e aspecto material</i>	89
5.3.3	<i>“Ato jurídico”: atos normativos, políticos, administrativos e privados</i>	89
5.3.4	<i>Controle de constitucionalidade de tratados e atos jurídicos estrangeiros: em face da Constituição brasileira e da Constituição estrangeira</i>	91
5.3.5	<i>Parâmetro para o controle: Constituição total, rígida ou flexível</i>	92
5.3.6	<i>Decadência e prescrição</i>	93
5.4	Espécies de controle e função institucional: quanto ao tempo, quanto ao sujeito, quanto à competência e quanto ao conteúdo	93
5.4.1	<i>Controle quanto ao tempo: preventivo e repressivo</i>	94
5.4.2	<i>Controle quanto ao sujeito: Judiciário (difuso e concentrado), Legislativo e Executivo (político)</i>	94

5.4.3	<i>Controle quanto à competência: exclusivo e partilhado, modelo francês e modelo americano</i>	95
5.4.4	<i>Controle quanto ao conteúdo: jurídico e político</i>	96
5.4.5	<i>Sistema adequado, modelos mistos e justiça constitucional</i> ...	97
5.5	Controle de constitucionalidade de 1988: partilhado, misto e concomitante	99
5.6	Controle preventivo na Constituição de 1988: ordinário (Legislativo e Executivo) e extraordinário (Judiciário)	99
5.6.1	<i>Controle ordinário pelo Legislativo: Comissão de Constituição e Justiça, Comissão Mista das Medidas Provisórias e Comissão Mista do Orçamento</i>	100
5.6.2	<i>Controle ordinário pelo Executivo: veto jurídico</i>	101
5.6.3	<i>Controle extraordinário pelo Judiciário: vício material e formal no processo legislativo</i>	102
5.7	Controle repressivo na Constituição de 1988: Legislativo, Executivo e Judiciário	103
5.7.1	<i>Controle repressivo pelo Legislativo: art. 49, V, e art. 52, X, da CF e Tribunal de Contas</i>	103
5.7.1.1	<i>Congresso Nacional: decreto legislativo de contenção dos atos normativos do Executivo</i>	104
5.7.1.2	<i>Senado Federal: resolução para a defesa dos hipossuficientes</i>	106
5.7.1.3	<i>Tribunal de Contas e controle interno: controle de atos administrativos e atos normativos</i>	108
5.7.2	<i>Controle repressivo pelo Executivo: determinação expressa e processo administrativo</i>	109
5.7.2.1	<i>Determinação expressa do chefe do Executivo, do chefe do Ministério Público e do superior hierárquico: autotutela, hierarquia e princípios da Administração Pública</i>	109
5.7.2.1.1	<i>Atos legislativos e demais atos normativos e administrativos: chefe do Executivo, direção superior da Administração Pública e chefe do Ministério Público</i>	110
5.7.2.1.2	<i>Atos normativos-administrativos e atos administrativos</i>	111
5.7.2.2	<i>Temas consolidados no Judiciário: determinação e delegações</i>	111
5.7.2.3	<i>Processo administrativo: atos normativos e atos administrativos</i>	112
5.7.2.4	<i>Decadência e prescrição</i>	113
5.7.3	<i>Controle repressivo pelo Judiciário: difuso e concentrado</i>	114

5.7.3.1	<i>Características do controle difuso</i>	114
5.7.3.1.1	Feito por todo juiz: cláusula de reserva do pleno	114
5.7.3.1.2	Qualquer matéria	114
5.7.3.1.3	Todos os meios processuais	115
5.7.3.1.4	Efeitos e modulações	115
5.7.3.1.5	Declaração incidental e a transcendência dos motivos determinantes	116
5.7.3.2	<i>Características do controle concentrado</i>	116
5.7.3.2.1	Competência concentrada	116
5.7.3.2.2	Matérias específicas	117
5.7.3.2.3	Medidas judiciais exclusivas	117
5.7.3.2.4	Efeitos e modulações	117
5.7.3.2.5	Apreciação em tese	117
5.8	Controle quanto ao sujeito na Constituição de 1988	118
5.9	Controle concentrado de constitucionalidade	118
5.9.1	<i>Ação interventiva federal e estadual</i>	119
5.9.1.1	<i>Competência, objetivo e objeto</i>	119
5.9.1.2	<i>Legitimação ativa e legitimação passiva</i>	119
5.9.1.3	<i>Liminar, processamento e julgamento</i>	120
5.9.2	<i>Ação direta de inconstitucionalidade federal/ADIn ou ADI federal genérica</i>	120
5.9.2.1	<i>Competência, objetivo e objeto</i>	120
5.9.2.2	<i>Legitimados da ação direta de inconstitucionalidade</i>	122
5.9.2.2.1	Legitimados ativos: universais e restritos	122
5.9.2.2.2	Legitimados passivos	123
5.9.2.2.3	Procurador-Geral da República e “amicus curiae”	123
5.9.2.3	<i>Liminar: tutela antecipada</i>	124
5.9.2.4	<i>Processamento da ação direta de inconstitucionalidade</i>	125
5.9.2.5	<i>Julgamento definitivo da ação direta de inconstitucionalidade</i>	126
5.9.2.6	<i>Confronto entre a decisão da ação direta de inconstitucionalidade e as coisas julgadas decorrentes de controle difuso: relativização da coisa julgada “inconstitucional”</i>	127
5.9.3	<i>Ação direta de inconstitucionalidade estadual</i>	128
5.9.3.1	<i>Competência, objetivo e objeto</i>	129
5.9.3.2	<i>Legitimados ativos e passivos, Ministério Público e “amicus curiae”</i>	130
5.9.3.3	<i>Liminar, processamento, julgamento e efeitos</i>	131

5.9.4	<i>Ação declaratória de constitucionalidade/ADC</i>	131
5.9.4.1	<i>Competência, objetivo e objeto</i>	132
5.9.4.2	<i>Legitimados ativos, inexistência de legitimado passivo e de "amicus curiae" e parecer ministerial</i>	132
5.9.4.3	<i>Liminar e processamento da ação declaratória de constitucionalidade</i>	133
5.9.4.4	<i>Julgamento definitivo da ação declaratória de constitucionalidade</i>	134
5.9.5	<i>Arguição de descumprimento de preceito fundamental/ADPF</i>	134
5.9.5.1	<i>Competência, objetivo, objeto subsidiário ou residual e espécies de arguição de descumprimento de preceito fundamental</i>	134
5.9.5.2	<i>Legitimados ativos, legitimados passivos, "amicus curiae" e parecer ministerial</i>	136
5.9.5.3	<i>Liminar e processamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental</i>	136
5.9.5.4	<i>Julgamento definitivo da arguição de descumprimento de preceito fundamental</i>	138
5.9.6	<i>Ação direta de inconstitucionalidade por omissão</i>	138
5.9.6.1	<i>Competência, objetivo e objeto</i>	139
5.9.6.2	<i>Legitimados ativos, legitimados passivos e parecer ministerial</i>	140
5.9.6.3	<i>Liminar e processamento</i>	140
5.9.6.4	<i>Julgamento definitivo e efeitos</i>	140

Capítulo 6 – DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUAS GARANTIAS

HÉLCIO DE ABREU DALLARI JR.

6.1	<i>Aspectos introdutórios</i>	143
6.2	<i>Direitos fundamentais específicos</i>	144
6.3	<i>Garantias constitucionais</i>	150
6.4	<i>Considerações finais</i>	151

Capítulo 7 – DIREITOS SOCIAIS

PARTE I – SEGURIDADE SOCIAL (arts. 193 a 204)

ZÉLIA LUIZA PIERDONÁ

7.1	<i>A base e os objetivos da ordem social</i>	153
7.2	<i>Definição constitucional de "seguridade social"</i>	154
7.3	<i>Responsabilidade pelas ações de seguridade social</i>	154
7.4	<i>Princípios específicos de seguridade social</i>	155
7.4.1	<i>Princípio da universalidade da cobertura e do atendimento</i> ..	155
7.4.2	<i>Princípio da uniformidade e equivalência das prestações às populações urbanas e rurais</i>	156

7.4.3	<i>Princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços</i>	156
7.4.4	<i>Princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios</i>	157
7.4.5	<i>Princípio da equidade na forma de participação no custeio</i> ..	157
7.4.6	<i>Princípio da diversidade da base de financiamento</i>	158
7.4.7	<i>Princípio da gestão da seguridade social</i>	159
7.4.8	<i>Princípio do custeio prévio</i>	159
7.4.9	<i>Princípio da solidariedade</i>	160
7.5	Financiamento da seguridade social	160
7.6	Áreas da seguridade social	168
7.6.1	<i>Saúde</i>	169
7.6.2	<i>Previdência social</i>	171
7.6.3	<i>Assistência social</i>	174

PARTE II – EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO (arts. 205 a 217)

MARIA GARCIA

7.7	Da educação	178
7.7.1	<i>O conceito de “educação”</i>	180
7.7.2	<i>O sistema educacional na Constituição de 1988</i>	182
7.7.3	<i>Fontes de financiamento da educação</i>	185
7.7.4	<i>O direito à educação</i>	186
7.8	Da cultura	187
7.9	Do desporto	190

PARTE III – CIÊNCIA E TECNOLOGIA – COMUNICAÇÃO SOCIAL – MEIO AMBIENTE – FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE E IDOSO – ÍNDIOS (arts. 218 a 232)

TATIANA PENHARRUBIA FAGUNDES

7.10	A classificação dos direitos fundamentais	193
7.11	A Ordem Social brasileira e os direitos sociais: fundamentos constitucionais	197
7.12	Da ciência e tecnologia	200
7.13	Da comunicação social	
7.13.1	<i>Considerações iniciais</i>	202
7.13.2	<i>As características da liberdade de comunicação social</i>	203
7.13.3	<i>Os aspectos constitutivos das emissoras de rádio e de televisão</i>	206
7.14	Do meio ambiente	
7.14.1	<i>A tutela do meio ambiente no cenário internacional</i>	207
7.14.2	<i>A proteção do meio ambiente no ordenamento pátrio</i>	
7.14.2.1	<i>O conceito e os elementos do meio ambiente</i>	209
7.14.2.2	<i>As modalidades de meio ambiente</i>	211
7.14.2.3	<i>Os princípios constitucionais do meio ambiente</i>	212
7.14.2.4	<i>As competências ambientais</i>	215

7.15 Da família, da criança, do adolescente e do idoso

7.15.1 A proteção da entidade familiar na Constituição Federal de 1988: tutela de novos núcleos familiares	216
7.15.1.1 A união estável	217
7.15.1.2 A entidade familiar monoparental	219
7.15.2 A igualdade dos cônjuges na condução da entidade familiar ..	219
7.15.3 A filiação	219
7.15.4 A dissolução do casamento	220
7.15.5 O planejamento familiar	221
7.15.6 A tutela da criança e do adolescente	221
7.15.7 O amparo aos idosos: preceitos constitucionais e do Estatuto do Idoso	224
7.16 Dos índios	226

Capítulo 8 – OS DIREITOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES

PATRÍCIA TUMA MARTINS BERTOLIN

8.1 As Constituições e os direitos sociais dos trabalhadores	232
8.2 O constitucionalismo social	234
8.3 Os direitos sociais na Constituição brasileira de 1988	238
8.4 O trabalho como direito social	240
8.5 Os direitos individuais dos trabalhadores	242
8.5.1 A garantia do emprego (ou a falta dela)	
8.5.1.1 A ratificação da Convenção 158/1982 da OIT	243
8.5.1.2 O seguro-desemprego	244
8.5.1.3 O FGTS	245
8.5.2 A matéria salarial	246
8.5.3 A participação nos lucros ou resultados	248
8.5.4 O descanso do empregado	
8.5.4.1 A limitação da jornada de trabalho	250
8.5.4.2 O descanso semanal remunerado	250
8.5.4.3 As férias anuais remuneradas	251
8.5.5 A redução dos riscos inerentes ao trabalho	251
8.5.6 A idade mínima para ingresso no mercado de trabalho	253
8.5.7 As medidas antidiscriminatórias	254
8.5.8 O trabalho da mulher	
8.5.8.1 As medidas antidiscriminatórias	255
8.5.8.2 A proteção à maternidade	258
8.5.9 A licença-paternidade	259
8.5.10 O aviso prévio	259
8.5.11 A proteção em face da automação	260
8.5.12 A prescrição	260
8.5.13 As prestações previdenciárias constantes do art. 7 ^o	261
8.5.14 Os direitos trabalhistas dos empregados domésticos	261

8.6	<i>A organização sindical e os direitos coletivos</i>	262
8.6.1	<i>A autonomia do sindicato</i>	263
8.6.2	<i>A unicidade sindical</i>	264
8.6.3	<i>A contribuição compulsória</i>	265
8.6.4	<i>A negociação coletiva</i>	266
8.6.5	<i>O direito de greve</i>	267
8.6.6	<i>A participação dos trabalhadores</i>	267
8.7	<i>Conclusões</i>	268

Capítulo 9 – DIREITO DE NACIONALIDADE

SÔNIA YURIKO KANASHIRO TANAKA

9.1	<i>Noções fundamentais</i>	272
9.1.1	<i>Polipátrida e “heimatlos”</i>	274
9.2	<i>Tipos de nacionalidade</i>	275
9.2.1	<i>Nacionalidade primária</i>	275
9.2.2	<i>Nacionalidade secundária</i>	275
9.3	<i>Previsão constitucional da nacionalidade</i>	276
9.4	<i>Brasileiros natos</i>	277
9.4.1	<i>Critério territorial</i>	277
9.4.2	<i>Critério sangüíneo</i>	278
9.4.3	<i>Critério misto</i>	278
9.5	<i>Brasileiros naturalizados</i>	281
9.5.1	<i>Naturalização ordinária</i>	282
9.5.2	<i>Naturalização extraordinária</i>	283
9.6	<i>Distinções entre brasileiros natos e naturalizados</i>	283
9.6.1	<i>Cargos e funções privativos</i>	283
9.6.2	<i>Extradição</i>	284
9.6.3	<i>Empresa jornalística, de sons e de sons e imagens</i>	286
9.7	<i>Perda da nacionalidade brasileira</i>	287
9.7.1	<i>Atividade nociva ao interesse nacional</i>	287
9.7.2	<i>Aquisição voluntária de outra nacionalidade</i>	287

Capítulo 10 – DOS DIREITOS POLÍTICOS

MONICA HERMAN CAGGIANO e CLÁUDIO SALVADOR LEMBO

10.1	<i>Evolução histórica. O “homem político”. As duas visões da liberdade</i>	290
10.1.1	<i>O “homem político”</i>	292
10.2	<i>Natureza. Conteúdo. A distinção entre direitos civis e políticos e direitos econômicos e sociais</i>	293
10.3	<i>Do direito de sufrágio. Da representação política. Da operação eleitoral e o direito de sufrágio. A força do voto. Os princípios ...</i>	299
10.3.1	<i>Da operação eleitoral e o direito de sufrágio. A força do voto. Os princípios</i>	303

10.4	<i>O cidadão-eleitor brasileiro. O direito de sufrágio ativo. O corpo eleitoral. Trajetória histórica</i>	306
10.4.1	<i>Tratamento constitucional. A Constituição de 1988</i>	308
10.5	<i>O candidato. O direito de sufrágio passivo. A candidatura e seus princípios conformadores</i>	313
10.5.1	<i>Regime jurídico da candidatura. O estatuto do candidato. Da inelegibilidade. Hipóteses. A irreelegibilidade</i>	314
10.5.2	<i>Candidaturas partidárias. Candidaturas independentes. Listas abertas ou bloqueadas. Composição das listas: as quotas</i>	321
10.6	<i>Dos partidos políticos. Conceito. Trajetória histórica. Tratamento constitucional. O sistema de partidos e seu poder de influência</i> ..	326
10.6.1	<i>Monopólio das candidaturas. A questão da fidelidade partidária</i>	337
10.7	<i>Dos sistemas eleitorais. O sistema eleitoral brasileiro</i>	343
10.7.1	<i>Conceito, natureza, importância e função das eleições</i>	344
10.7.2	<i>Sistemas eleitorais</i>	346

Capítulo 11 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANTÔNIO CECÍLIO MOREIRA PIRES

11.1	<i>Disposições gerais</i>	357
11.2	<i>Conceito de “Administração Pública”</i>	358
11.3	<i>Administração Pública no Estado Federal Brasileiro</i>	358
11.3.1	<i>A Administração Pública direta</i>	359
11.3.2	<i>A Administração Pública indireta</i>	360
11.3.2.1	<i>Autarquias</i>	360
11.3.2.2	<i>Empresas estatais</i>	361
11.3.2.2.1	<i>Sociedades de economia mista</i>	362
11.3.2.2.2	<i>Empresas públicas</i>	363
11.3.2.2.3	<i>Traços comuns entre a sociedade de economia mista e a empresa pública</i> ..	363
11.3.2.3	<i>Fundações</i>	364
11.3.2.4	<i>Agências</i>	366
11.3.2.4.1	<i>Agências executivas</i>	366
11.3.2.4.2	<i>Agências reguladoras</i>	367
11.3.2.5	<i>As entidades paraestatais</i>	368
11.4	<i>Breves considerações acerca dos princípios gerais de Direito</i>	368
11.4.1	<i>Princípios constitucionais da Administração Pública</i>	369
11.4.1.1	<i>Princípio da legalidade</i>	369
11.4.1.2	<i>Princípio da impessoalidade</i>	371
11.4.1.3	<i>Princípio da moralidade</i>	372
11.4.1.4	<i>Princípio da publicidade</i>	373

11.4.1.5	<i>Princípio da eficiência</i>	374
11.5	<i>Os agentes públicos</i>	375
11.5.1	<i>Agentes políticos</i>	375
11.5.2	<i>Servidores públicos</i>	376
11.5.3	<i>Agentes honoríficos</i>	376
11.5.4	<i>Agentes delegados</i>	376
11.5.5	<i>O regime jurídico dos servidores públicos</i>	377
11.5.5.1	<i>Cargo público</i>	377
11.5.5.2	<i>Emprego público</i>	378
11.5.5.3	<i>Função pública</i>	378
11.5.5.4	<i>O regime jurídico único</i>	379
11.5.6	<i>O acesso aos cargos, empregos e funções públicas</i>	380
11.5.7	<i>O concurso público como condição de ingresso no serviço público</i>	380
11.5.8	<i>Estágio probatório, estabilidade e perda do cargo</i>	381
11.5.9	<i>Vitaliciedade</i>	382
11.5.10	<i>Os direitos decorrentes da estabilidade previstos na Constituição Federal</i>	382
11.5.11	<i>Vencimentos</i>	382
11.5.12	<i>Acumulação de cargos públicos</i>	384
11.5.13	<i>Direito de greve e de livre associação sindical</i>	385
11.5.14	<i>Aposentadoria</i>	385
11.6	<i>Regiões</i>	386
11.7	<i>Militares dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios</i>	387

Capítulo 12 – **PODER LEGISLATIVO**

SÔNIA YURIKO KANASHIRO TANAKA

12.1	<i>Organização e legislatura do Congresso Nacional</i>	389
12.2	<i>Reuniões do Congresso Nacional</i>	391
12.3	<i>Comissões parlamentares</i>	392
12.4	<i>Atribuições do Congresso Nacional</i>	393
12.5	<i>Atribuições da Câmara dos Deputados</i>	395
12.6	<i>Atribuições do Senado Federal</i>	395
12.7	<i>Deputados e senadores</i>	396
12.8	<i>Processo legislativo</i>	398
12.8.1	<i>Emendas à Constituição</i>	398
12.8.2	<i>Leis complementares e ordinárias</i>	399
12.8.2.1	<i>Tramitação dos projetos de lei</i>	400
12.8.3	<i>Leis delegadas</i>	402
12.8.4	<i>Medidas provisórias</i>	403
12.8.5	<i>Decretos legislativos e resoluções</i>	405

Capítulo 13 – PODER EXECUTIVO

CHRISTINA DE ALMEIDA PEDREIRA

13.1	Noções – Chefe de Estado e de governo	406
13.2	Presidente da República	407
13.2.1	Atribuições	407
13.2.2	Substitutos	409
13.2.3	Responsabilidade	410
13.3	Ministros de Estado	412
13.4	Conselho da República	413
13.5	Conselho de Defesa Nacional	414

Capítulo 14 – PODER JUDICIÁRIO

SÔNIA YURIKO KANASHIRO TANAKA

14.1	Organização do Poder Judiciário	415
14.2	Supremo Tribunal Federal	416
14.2.1	Súmulas vinculantes	418
14.3	Superior Tribunal de Justiça	418
14.4	Tribunais Regionais Federais e juízes federais	420
14.5	Tribunais e juízes do trabalho	422
14.6	Tribunais e juízes eleitorais	424
14.7	Tribunais e juízes militares	425
14.8	Tribunais e juízes dos Estados	425
14.9	Juizados especiais e justiça de paz	427
14.10	Autonomia administrativa	427
14.10.1	Autonomia financeira	429
14.11	Controle do Poder Judiciário	431
14.12	Estatuto da Magistratura	433
14.12.1	Ingresso, promoção e acesso aos tribunais	434
14.12.2	Subsídios	434
14.12.3	Aposentadoria, remoção e disponibilidade	435
14.12.4	Garantias dos magistrados	435
14.12.5	Vedações dos magistrados	436

Capítulo 15 – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

FÚLVIA HELENA DE GIOIA

15.1	Considerações gerais	437
15.2	O Ministério Público	438
15.2.1	O Ministério Público nas Constituições brasileiras. Da Constituição Federal de 1824 à Emenda Constitucional 1/1969 ..	439
15.2.2	O Ministério Público na Constituição Federal de 1988	
15.2.2.1	Estrutura, organização e investidura	443
15.2.2.2	O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	445

15.2.2.3	<i>Princípios institucionais</i>	447
15.2.2.4	<i>Garantias e vedações</i>	449
15.2.2.5	<i>Competência</i>	449
15.2.2.6	<i>Conselho Nacional do Ministério Público</i>	450
15.3	<i>Advocacia Pública</i>	
15.3.1	<i>Competência</i>	452
15.3.2	<i>Estrutura, organização e investidura</i>	453
15.3.3	<i>Garantias</i>	454
15.4	<i>Advocacia e Defensoria Pública</i>	
15.4.1	<i>Advocacia</i>	455
15.4.2	<i>Defensoria Pública</i>	
15.4.2.1	<i>Defensoria Pública: competência</i>	456
15.4.2.2	<i>Defensoria Pública: estrutura e organização</i>	457
15.4.2.3	<i>Defensoria Pública: investidura e garantias</i>	458
 Capítulo 16 – DA DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS		
JOSÉ FRANCISCO SIQUEIRA NETO		
16.1	<i>Estado de defesa e estado de sítio</i>	
16.1.1	<i>Noções preliminares</i>	461
16.1.2	<i>Estado de defesa</i>	462
16.1.2.1	<i>Requisitos e limites constitucionais</i>	462
16.1.2.2	<i>Procedimento</i>	464
16.1.3	<i>Estado de sítio</i>	465
16.1.3.1	<i>Requisitos e limites constitucionais</i>	466
16.1.3.2	<i>Procedimento</i>	467
16.2	<i>Forças Armadas</i>	468
16.2.1	<i>Organização das Forças Armadas</i>	469
16.2.2	<i>Membros das Forças Armadas</i>	470
16.2.3	<i>Obrigação militar</i>	471
16.3	<i>Segurança pública</i>	471
 Capítulo 17 – SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL NA CONSTITUI�O DA REPÚBLICA		
EDUARDO MARCIAL FERREIRA JARDIM		
17.1	<i>No�o genérica de “sistema”</i>	476
17.1.1	<i>Espécies de sistemas</i>	476
17.1.2	<i>Componentes nucleares do sistema: macroelementos ou princípios</i>	477
17.1.2.1	<i>Macroelementos ou princípios nos sistemas normativos</i>	477
17.1.2.2	<i>Individualidade dos sistemas</i>	478

17.2	<i>Sistema Tributário Nacional</i>	
17.2.1	<i>Definição</i>	479
17.2.2	<i>Características</i>	
17.2.2.1	<i>Não-instituição de tributos no patamar constitucional</i>	480
17.2.2.2	<i>Poderes tributários privativos, exclusivos e indelegáveis, partilhados entre as pessoas constitucionais</i>	
17.2.2.2.1	<i>Privatividade competencial</i>	481
17.2.2.2.2	<i>Exaustividade</i>	483
17.2.2.2.3	<i>Rigidez pétrea</i>	485
17.3	<i>Princípios constitucionais</i>	
17.3.1	<i>Comentos introdutórios</i>	487
17.3.2	<i>Princípios constitucionais gerais</i>	487
17.3.3	<i>Princípios constitucionais tributários</i>	488
17.3.3.1	<i>Princípios expressos</i>	
17.3.3.1.1	<i>Estrita legalidade</i>	489
17.3.3.1.2	<i>Infralegalidade</i>	491
17.3.3.1.3	<i>Estrita igualdade</i>	492
17.3.3.1.4	<i>Anterioridade</i>	493
	(a) <i>Anterioridade ano-calendário</i>	493
	(b) <i>Anterioridade ano-calendário conjugada com a noventena</i>	494
	(c) <i>Anterioridade nonagesimal do IPI</i>	494
	(d) <i>Anterioridade nonagesimal das contribuições de seguridade</i>	495
	(e) <i>Anterioridade em relação aos tributos objeto de medida provisória</i>	495
	(f) <i>Exceções à anterioridade</i>	495
17.3.3.1.5	<i>Capacidade contributiva</i>	496
17.3.3.1.6	<i>Uniformidade geográfica</i>	499
17.3.3.1.7	<i>Não discriminação em razão da origem ou destino de bens, serviços ou mercadorias</i>	499
17.3.3.1.8	<i>Imunidade</i>	500
17.3.3.1.9	<i>Vedação à tributação confiscatória</i>	502
17.3.3.1.10	<i>Não-cumulatividade do IPI e do ICMS</i>	503
17.3.3.1.11	<i>Progressividade do imposto sobre a renda</i>	504
17.3.3.1.12	<i>Seletividade do IPI e do ICMS</i>	505
17.3.3.1.13	<i>Seletividade das contribuições de seguridade social</i>	506

17.3.3.2	<i>Princípios inexpressos</i>	
17.3.3.2.1	Não-cumulatividade	506
17.3.3.2.2	Seletividade	507
17.3.3.2.3	Territorialidade da tributação	507
17.3.3.2.4	Indelegabilidade da competência tributária	508
17.3.3.2.5	Tipicidade e vinculabilidade	509
17.4	Limitações do poder de tributar	510
17.4.1	<i>Desobediência às limitações</i>	510
17.5	Tributo e espécies tributárias ao lume do regime jurídico constitucional	
17.5.1	<i>Tributo</i>	512
17.5.2	<i>Espécies tributárias</i>	513
17.5.2.1	<i>Impostos</i>	514
17.5.2.2	<i>Taxas</i>	515
17.5.2.3	<i>Contribuição de melhoria</i>	517
17.5.2.4	<i>Contribuição de intervenção no domínio económico/CIDE</i>	518
17.5.2.5	<i>Contribuições sociais</i>	519
17.5.2.6	<i>Contribuições profissionais ou corporativas</i>	519
17.6	Tributos federais	
17.6.1	<i>Tributos</i>	519
17.6.2	<i>Impostos</i>	519
17.6.3	<i>Taxas de polícia</i>	519
17.6.4	<i>Taxas de serviço</i>	520
17.6.5	<i>Taxa de pedágio</i>	521
17.6.6	<i>Contribuição de intervenção no domínio económico/CIDE</i>	521
17.6.7	<i>Contribuições sociais</i>	523
17.6.8	<i>Contribuições profissionais ou corporativas</i>	524
17.6.9	<i>Contribuições previdenciárias de servidores</i>	524
17.7	Tributos estaduais e distritais	
17.7.1	<i>Tributos</i>	525
17.7.2	<i>Impostos</i>	525
17.7.3	<i>Taxas de polícia</i>	526
17.7.4	<i>Taxas de serviço</i>	526
17.7.5	<i>Taxa de pedágio</i>	527
17.7.6	<i>Contribuições previdenciárias de servidores</i>	527
17.8	Tributos municipais e distritais	528
17.8.1	<i>Impostos</i>	528
17.8.2	<i>Taxas de polícia</i>	529
17.8.3	<i>Taxa de serviço</i>	530

17.8.4	<i>Contribuições previdenciárias de servidores</i>	530
17.9	<i>Partilha de receitas tributárias</i>	531

Capítulo 18 – **FINANÇAS PÚBLICAS E SISTEMA ORÇAMENTÁRIO**

JORGE STAMATOPOULOS

18.1	<i>Orçamento. Definição</i>	536
18.1.1	<i>Jurídica</i>	537
18.1.2	<i>Política</i>	537
18.1.3	<i>Econômica</i>	537
18.1.4	<i>Técnica</i>	537
18.2	<i>Histórico</i>	537
18.3	<i>O orçamento no Brasil</i>	538
18.4	<i>Natureza jurídica do orçamento</i>	538
18.5	<i>Elaboração do orçamento</i>	539
18.6	<i>Princípios orçamentários</i>	540

Capítulo 19 – **DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA**

FABIANO DEL MASSO

19.1	<i>Noção jurídica de “ordem econômica”</i>	542
19.1.1	<i>Noção de “atividade econômica”</i>	543
19.1.2	<i>Disciplina jurídica da atividade econômica</i>	543
19.1.3	<i>Disciplina jurídica da atividade financeira</i>	544
19.1.4	<i>Tratamento constitucional</i>	544
19.2	<i>Dos princípios gerais da atividade econômica</i>	544
19.2.1	<i>Fundamentos da ordem econômica</i>	545
19.2.1.1	<i>Valorização do trabalho humano</i>	546
19.2.1.2	<i>Livre iniciativa</i>	546
19.2.2	<i>Finalidades da ordem econômica</i>	547
19.2.2.1	<i>Existência digna</i>	548
19.2.2.2	<i>Justiça social</i>	548
19.2.3	<i>Princípios da ordem econômica</i>	549
19.2.3.1	<i>Soberania nacional</i>	549
19.2.3.2	<i>Propriedade privada</i>	549
19.2.3.3	<i>Função social da propriedade</i>	550
19.2.3.4	<i>Livre concorrência</i>	550
19.2.3.5	<i>Defesa do consumidor</i>	551
19.2.3.6	<i>Defesa do meio ambiente</i>	551
19.2.3.7	<i>Redução das desigualdades regionais e sociais</i> ...	552
19.2.3.8	<i>Busca do pleno emprego</i>	553
19.2.3.9	<i>Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte</i>	553
19.2.4	<i>Exploração de atividade econômica e autorização</i>	554



19.2.5	<i>Investimentos de capital estrangeiro, reinvestimentos e remessa de lucros</i>	554
19.2.6	<i>Exploração direta de atividade econômica pelo Estado</i>	555
19.2.6.1	<i>Empresa pública</i>	555
19.2.6.2	<i>Sociedade de economia mista</i>	555
19.2.6.3	<i>O estatuto jurídico da empresa pública e da sociedade de economia mista</i>	556
19.2.6.4	<i>Privilégios fiscais</i>	556
19.2.6.5	<i>Relações da empresa pública com o Estado e a sociedade</i>	556
19.2.6.6	<i>Repressão ao abuso de poder econômico</i>	556
19.2.6.7	<i>Responsabilidade da pessoa jurídica</i>	557
19.2.7	<i>O Estado como agente fiscalizador e normativo da atividade econômica</i>	557
19.2.7.1	<i>Planejamento do desenvolvimento nacional</i>	558
19.2.7.2	<i>Cooperativismo e associativismo</i>	559
19.2.7.3	<i>A questão dos garimpeiros</i>	559
19.2.8	<i>A prestação dos serviços públicos</i>	559
19.2.9	<i>Monopólios da União</i>	559
19.2.10	<i>Ordenação dos transportes</i>	560
19.2.11	<i>Turismo e desenvolvimento econômico</i>	560
19.2.12	<i>Requisição de documento ou informação comercial</i>	560
19.3	<i>Da política urbana</i>	561
19.3.1	<i>Política de desenvolvimento urbano</i>	561
19.3.1.1	<i>Plano diretor</i>	561
19.3.1.2	<i>Propriedade urbana e função social</i>	561
19.3.1.3	<i>Desapropriação de imóveis urbanos</i>	561
19.3.1.4	<i>Aproveitamento do solo urbano</i>	562
19.3.2	<i>Usucapião</i>	562
19.4	<i>Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária</i>	562
19.4.1	<i>Desapropriação para fins de reforma agrária</i>	563
19.4.2	<i>Função social da propriedade rural</i>	563
19.4.3	<i>Política agrícola</i>	564
19.4.4	<i>Distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária</i>	564
19.4.5	<i>Usucapião de imóveis rurais</i>	564
19.5	<i>Do Sistema Financeiro Nacional</i>	565
19.5.1	<i>Os órgãos mais importantes do Sistema Financeiro Nacional</i>	565
19.5.2	<i>O texto do art. 192 da CF</i>	566